



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo n.º 08312143220208230010

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **IVANILDE DE ALBUQUERQUE**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem informar e requerer o que segue:

Inicialmente cumpre esclarecer que foi designada perícia médica para apurar o grau de invalidez sofrido pela parte autora em decorrência do acidente noticiado.

Em continuidade, foi expedido mandado de intimação para que a vítima comparecesse no dia e no local designado para realizar a perícia médica.

É importante destacar que a realização da perícia é um ato indispensável ao deslinde da demanda, na medida em que o pagamento deve ser realizado de forma proporcional ao grau de invalidez, verificando-se o membro afetado, bem como a intensidade da sequela, consoante enuncia o art. 3º da Lei n.º 6.194/74 e Súmula nº 474 do STJ.

Entretanto, conforme se verifica nos autos, a parte autora **não compareceu para a realização da perícia designada!**

182

ENTENDIMENTO SUMÁRIO JUIZ DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA / RORAIMA

No caso em tela, trata-se de uma perícia médica, sendo, já devidamente qualificada, como Perícia Médica, realizada de ofício, conforme item 4º, parágrafo único, do art. 131 do Código de Processo Civil, sendo, portanto, necessária a realização da perícia médica, sendo, portanto, necessária a realização da perícia médica, sendo, portanto, necessária a realização da perícia médica.

Processo	Nome	Resultado
01 - 00000000-00/2020	IVANILDE DE ALBUQUERQUE	Recurso
02 - 00000000-00/2020	IVANILDE DE ALBUQUERQUE	Recurso
03 - 00000000-00/2020	IVANILDE DE ALBUQUERQUE	Recurso
04 - 00000000-00/2020	IVANILDE DE ALBUQUERQUE	Recurso
05 - 00000000-00/2020	IVANILDE DE ALBUQUERQUE	Recurso
06 - 00000000-00/2020	IVANILDE DE ALBUQUERQUE	Recurso
07 - 00000000-00/2020	IVANILDE DE ALBUQUERQUE	Recurso
08 - 00000000-00/2020	IVANILDE DE ALBUQUERQUE	Recurso
09 - 00000000-00/2020	IVANILDE DE ALBUQUERQUE	Recurso
10 - 00000000-00/2020	IVANILDE DE ALBUQUERQUE	Recurso
11 - 00000000-00/2020	IVANILDE DE ALBUQUERQUE	Recurso
12 - 00000000-00/2020	IVANILDE DE ALBUQUERQUE	Recurso
13 - 00000000-00/2020	IVANILDE DE ALBUQUERQUE	Recurso
14 - 00000000-00/2020	IVANILDE DE ALBUQUERQUE	Recurso
15 - 00000000-00/2020	IVANILDE DE ALBUQUERQUE	Recurso
16 - 00000000-00/2020	IVANILDE DE ALBUQUERQUE	Recurso
17 - 00000000-00/2020	IVANILDE DE ALBUQUERQUE	Recurso
18 - 00000000-00/2020	IVANILDE DE ALBUQUERQUE	Recurso
19 - 00000000-00/2020	IVANILDE DE ALBUQUERQUE	Recurso
20 - 00000000-00/2020	IVANILDE DE ALBUQUERQUE	Recurso
21 - 00000000-00/2020	IVANILDE DE ALBUQUERQUE	Recurso
22 - 00000000-00/2020	IVANILDE DE ALBUQUERQUE	Recurso
23 - 00000000-00/2020	IVANILDE DE ALBUQUERQUE	Recurso
24 - 00000000-00/2020	IVANILDE DE ALBUQUERQUE	Recurso
25 - 00000000-00/2020	IVANILDE DE ALBUQUERQUE	Recurso
26 - 00000000-00/2020	IVANILDE DE ALBUQUERQUE	Recurso
27 - 00000000-00/2020	IVANILDE DE ALBUQUERQUE	Recurso
28 - 00000000-00/2020	IVANILDE DE ALBUQUERQUE	Recurso
29 - 00000000-00/2020	IVANILDE DE ALBUQUERQUE	Recurso

Assim, deixando a parte autora de comparecer injustificadamente à perícia médica previamente designada, embora intimado para tanto, é de se considerar preclusa prova técnica indispensável para o destre da questão.

Neste sentido são os recentes entendimentos firmados pelos Tribunais pátrios. Vejamos:

“APELAÇÃO CÍVEL. COBRANÇA. SEGURO DPVAT. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO. PERÍCIA MÉDICA. INTIMAÇÃO REALIZADA NO ENDEREÇO CONSTANTE NA INICIAL. NÃO

COMPARECIMENTO DO AUTOR. ÔNUS DA PROVA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1 - A Lei nº. 6.194/74, com as modificações incluídas pela Lei nº. 8.441, de 13 de julho de 1992, determina que o Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente deve quantificar as lesões físicas ou psíquicas permanentes para fins do seguro previsto, através de laudo complementar, no prazo médio de noventa dias do evento, conforme preceito do art. 5º, §5º, do citado dispositivo normativo. 2 - Vislumbra-se nos autos que foi proferida decisão pelo Juízo monocrático designando data para realização de exame pericial e tentativa de conciliação, tendo o magistrado determinado a intimação da autora por carta com aviso de recebimento. 3 - No caso concreto, a parte autora foi intimada, por Aviso de Recebimento AR, no endereço constante como sendo o de sua residência. Ressalta-se que o aviso de recebimento não precisa, necessariamente, ser assinado pela autora para dar validade a sua intimação, mas tão somente a remessa da via postal ao endereço apontado na exordial. 4 - Assim, deixando a parte promovente de comparecer injustificadamente à perícia médica previamente designada para aferição do grau de invalidez decorrente de acidente de trânsito, embora devidamente intimada para tanto, é de se considerar preclusa a prova imprescindível para a constatação da referida incapacidade, razão pela qual deve ser mantida a improcedência da ação. 5 - Apelação cível conhecida e desprovida. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que figuram as partes acima indicadas, ACORDA a 2ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, em CONHECER DO RECURSO para NEGAR-LHE PROVIMENTO. (Relator TEODORO SILVA SANTOS; Comarca: Fortaleza; Órgão julgador: 14ª Vara Cível; Data do julgamento: 29/08/2018; Data de registro: 30/08/2018)."

Não é outro o entendimento do Tribunal do Rio Grande do Norte, *in verbis*:

"PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. APELAÇÃO CÍVEL. AUSÊNCIA DE LAUDO PERICIAL. PROVA ESSENCIAL À GRADUAÇÃO DA LESÃO. PARTE AUTORA QUE, APESAR DE INTIMADA, NÃO COMPARECEU À PERÍCIA DESIGNADA PELO JUÍZO. ALEGADA AUSÊNCIA DE PRECLUSÃO DA PROVA. TESE AFASTADA. CONHECIMENTO E DESPROVIMENTO DO RECURSO. 1. A prova da condição de invalidez permanente causada por acidente de trânsito é requisito necessário para ensejar o pagamento da indenização prevista no art. 3º, II, da Lei nº 6.194/74. 2. Tendo havido a intimação pessoal da parte para comparecer à perícia bem como a sua ausência sem qualquer justificativa, denota-se que não houve êxito em comprovar os fatos e fundamentos constitutivos do seu direito, a teor do disposto no artigo 373, inciso I, do CPC/2015. 3. Precedentes do TJRN (AC nº 2018.003918-5, Relª. Desª. Judite Nunes, 2ª Câmara Cível, j. 19/06/2018; AC nº 2017.008898-9, Rel. Des. Ibanez Monteiro, 2ª Câmara Cível, j. 17/10/2017). 4. Recurso conhecido e desprovido. (Apelação Cível nº 2017.016704-1; 2ª Câmara Cível do TJRN, Relator Desembargadora Judite Nunes – Data de Julgamento: 21/08/2018)."

Sendo assim, tendo em vista que a parte autora não se apresentou para a realização da perícia, o que restou preclusa a oportunidade para realização de prova pericial, deixando de comprovar o ônus que incumbia-lhe, requer a **IMPROCEDÊNCIA** da presente demanda, com fulcro no artigo 487, I, do Código de Processo Civil.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 28 de setembro de 2021.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

DIEGO PAULI
858 - OAB/RR